



COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS: TORNAR-SE DOCENTE ATRAVÉS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA POR MEIO DA APLICAÇÃO DAS LEIS AFIRMATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Adriano Mikael Felix Silva¹
Juliana Da Silva Santos²
Tiago Da Costa Nogueira³
Fernanda Joana Zamba Ximbunde⁴
Roberto Kennedy Gomes Franco⁵

RESUMO

No presente texto, compartilhamos algumas de nossas experiências de Regências e Observações realizadas na disciplina de História entre os meses de outubro de 2022 a setembro de 2023, no campo específico das turmas de nonos anos, dando enfoque às questões africanas, afro-brasileiras e indígenas. O espaço para a realização destes ofícios foi a escola-campo EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale (PACV), situada no município de Acarape, região do Maciço de Baturité, estado do Ceará. Na escola, exercemos o papel de residentes por meio do Programa Residência Pedagógica (PRP), Subprojeto História-CE, vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). O objetivo deste escrito é partilhar vivências de residentes no pleno cumprimento das Leis Afirmativas 10.639/2003 e 11.645/2008. Afora o que já colocamos, a relevância de nossa pesquisa se insere, deste modo, na perspectiva da importância do cumprimento do par de legislações que visam o ensino escolar da História do continente africano e seus povos, dos negros brasileiros e das populações nativas do Brasil, os indígenas. Outro ponto que torna este trabalho pertinente é de que ele pode ajudar alunos do curso de História e pesquisadores a entender melhor a quantas andam a aplicação destas duas leis nas escolas. Quanto à nossa metodologia, estamos situados dentro de uma pesquisa de observação participante, com um tom qualitativo, seja nas observações de aulas ou nas regências, que possuem um caráter expositivo, dialógico e engajado com as realidades dos educandos. Nesse sentido, inscreve-se esta produção. Os resultados de nossas experiências ainda não foram finalizados, visto que nossa atuação em escola-campo se dará até março de 2024. Ainda assim, para fins de conclusão momentânea, afirmamos que atuações como as nossas são necessárias e importantes porque possibilitam o trabalho da disciplina de História por uma perspectiva diferente daquelas que ainda costumamos ver nos livros didáticos que, salvo as exceções, continuam a trazer abordagens de matriz eurocêntrica.

Palavras-chave: Relatos de Experiências; Residência Pedagógica; Ensino de História; Leis 10639/2003 e 11645/2008.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, adm.fs.pessoal@gmail.com¹

EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale, Disciplina de História, Docente, julianaunilab@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, tiagoborgestb100@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente, fernandajoana1996@gmail.com⁴

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, robertokennedy@unilab.edu.br⁵



INTRODUÇÃO

Os relatos que apresentaremos neste trabalho advêm das regências e observações que realizamos enquanto residentes do Programa Residência Pedagógica, Subprojeto História-CE, vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), na esfera da disciplina de História, nas turmas de nono ano da escola-campo EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale (PACV), situada no município de Acarape, região do Maciço de Baturité. Nossas experiências se estendem de outubro de 2022 a setembro de 2023, contudo, uma vez que a disciplina de História não dá enfoque apenas às questões africanas, afro-brasileiras e indígenas, que é o recorte que escolhemos para esta pesquisa, apenas alguns relatos que adentraram tais temáticas serão postos neste texto.

A relevância deste trabalho está fincada, por sua vez, na importância do cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e também no fato destes relatos possibilitarem que alunos e alunas do curso de História, bem como pesquisadores e pesquisadoras, acessem exposições de experiências diversas que evidenciam o cenário escolar histórico em sua amplitude, mas também em suas especificidades, que são, no caso, os de aplicação dos dispositivos jurídicos de 2003 e 2008 que obrigam, respectivamente, o ensino de História de África, dos povos afro-brasileiros e Indígenas (BRASIL, 2008).

Ademais, para os cientistas da História, este trabalho pode ser de grande relevância porque mostra, mesmo que em um campo micro, como anda o processo de implementação das duas leis que o Estado brasileiro, por meio do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, chama de Leis Afirmativas (BRASIL, 2012).

Acerca do caráter do Residência Pedagógica, devemos enfatizar que ele é um dos componentes que integram a Política Nacional de Formação de Professores no Brasil (CAPES, 2018), tendo como intenção o aprimoramento da “formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura” (BRASIL, 2023, n.p). Já na alçada do Subprojeto História-CE, da UNILAB, o objetivo de atuação do PRP é investigar as contradições de aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e também trabalhá-las em salas de aulas e em outros espaços do campo escolar (FRANCO et al., 2022).

Tendo em vista que estes dispositivos jurídicos focam na obrigatoriedade do ensino da História de África, dos povos afro-brasileiros e Indígenas e pedem que suas histórias e importâncias sejam trabalhadas na esfera da Educação Básica, sua utilização em sala e em outros meios escolares é, deste modo, algo inescusável (BRASIL, 2008). É neste cenário que entramos enquanto residentes e professora, respectivamente.

METODOLOGIA

Quanto à nossa metodologia, estamos situados dentro de uma pesquisa participante, com um tom qualitativo, seja nas observações de aulas ou nas regências, que possuem um caráter expositivo, dialógico e engajado com as realidades dos educandos. Nesse sentido, inscreve-se esta produção, onde serão explanadas algumas regências e observações feitas dentro da disciplina de História através de membros do PRP e que estão acopladas no recorte por nós escolhido, que é o de abordagem do continente africano, dos povos negros do Brasil e de nossa população nativa.

Para fins de elucidação acerca de nosso processo de investigação, precisamos expressar que a pesquisa de “observação participante é uma das técnicas muito utilizadas pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele” (QUEIROZ et. al, 2007). Além disso, devemos ressaltar que esse método aspira um “engajamento no processo de transformação das estruturas sociais opressivas” (MARIANI e CARVALHO, 2019).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos no campo do Residência Pedagógica até o momento são parciais, visto que nosso tempo de atuação no programa ainda não acabou. Ainda assim, nesse período de quase um ano entre atividades de regências e observações, percebemos que a postura da professora de História dos nonos anos, bem como as dos residentes, são de suma importância para uma caminhada que trabalhe de modo efetivo a História, vivências e resistências das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas. Até aqui, assumimos um compromisso sério e inegociável com uma concepção pedagógica de desconstrução de uma disciplina histórica eurocentrada.

Uma vez assumido esse compromisso, em cada regência que atuamos, assim como em cada uma das que vimos a professora dos nonos anos ser a ministrante, notamos um empenho em sempre inserirmos em questão as populações africanas, afro-brasileiras e indígenas quando possível. Em assuntos em que algum desses povos apareciam, fazíamos questão de apresentá-los dentro daquele cenário. Como as temáticas de estudos de uma turma de nono ano são de processos históricos ocorridos do início do século XX até à contemporaneidade, onde nos é possível inserir os sujeitos com quem trabalhamos, não pensamos duas vezes antes de inseri-los. Um exemplo disto foi o da Segunda Guerra Mundial, onde fizemos questão de trazer a presença africana, mesmo que isso não tenha nos aparecido nos momentos em que estudamos a temática no ambiente acadêmico.

Mas antes deste instante, em 19 de abril de 2023, tivemos uma regência especial, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, onde fizemos questão de trazer uma crítica ao mito da descoberta e também uma ampla discussão sobre a criação da figura do “índio”, que colocamos entre aspas tanto neste trabalho como na aula que ministramos, onde elencamos que o termo atualmente não é utilizado e é considerado pejorativo, sendo o termo indígena o mais adequado para se referir aos povos nativos do Brasil, que vieram antes do que denominamos em classe de invasão cabralina. Em uma aula muito produtiva, imagens da diversidade indígena brasileira foram mostradas e mitos, como o do indígena ter a obrigatoriedade de viver em vida aldeada e fora da modernidade foram sendo abordados e quebrados. Alguns alunos demonstraram surpresas em ver nossa diversidade nativa, como a dos indígenas botocudos, mas outros logo complementaram que aquilo era um jeito de ser e de viver, o que concordamos.

Exemplos nacionais de figuras icônicas do meio indígena foram explanados. Dentre os nacionais, citamos Ailton Krenak, e falamos sobre seu discurso na Assembleia Constituinte de 1988, e de Sônia Guajajara. Já em nível cearense, foram abordadas as tentativas de apagamento promulgadas pelo estado brasileiro aos indígenas no século XIX, como a do Relatório Provincial de 1863 que dizia que a população originária do Brasil estava extinta. Por fim, elencamos naquele encontro que todos os dias é dia dos povos indígenas e que aquela aula era mais uma ferramenta encontrada por nós para quebrar os paradigmas eurocêntricos.

Um pouco mais a frente, no final do mês de maio e início de junho, demos regências sobre a Segunda Guerra Mundial. Nas aulas sobre a Segunda Grande Guerra, abordamos a importância da participação africana no conflito para derrubar as forças do Eixo. Foi elencado, contudo, a realidade que fez com que os povos do continente mãe participassem do conflito: o contexto do neocolonialismo. Os alunos ficaram atônitos com a participação africana na Grande Guerra, tal como também ficaram ao saber da participação brasileira e na importância desta para a libertação total da Itália. Algo que foi pontuado para os discentes é que a Segunda Guerra Mundial acabou sendo um fator que possibilitou ao povo africano ver que a descolonização era possível, pois aquele conflito significava “não o apogeu do colonialismo, mas [...] [o] começo de sua decadência” (CHENNTOUF, 2010, p. 69).

No meio de junho, demos início à temática da Era Vargas. Ao se falar sobre este período histórico do Brasil, uma das residentes de nossa escola-campo trouxe a participação de Abdias do Nascimento no cenário,



abordando sua prisão pela ditadura do Estado Novo e falando também sobre a criação do Teatro Experimental do Negro. Abdias é citado no livro didático dos nonos anos, porém aparece um pouco desconexo da temática da Era Vargas. Em nossa observação, percebemos que a colega residente conseguiu fazer um trabalho brilhante ao trazer uma conexão maior entre o intelectual negro e aquele momento histórico. Isto foi importante porque cita a população negra em um instante em que ela, assim como os indígenas e africanos, não costumam aparecer na dita História oficial.

Mais tarde, em setembro, tivemos regências sobre a descolonização de África e suas lutas pela independência. Enfatizamos aos alunos que diante do cenário de lutas por independência de África frente ao domínio colonial europeu, um dos pensamentos que cresceram entre o povo negro do grande continente foi o panafricanismo, que pensava e pensa em uma África para os africanos. Este pensamento foi primordial para fazer com que as disputas por independência brotassem em massa em África.

E desta forma, como colocamos para os alunos, sempre atentos e questionadores, o continente conseguiu sua dura libertação de potências coloniais como França, Inglaterra e Portugal. A libertação não foi fácil, obviamente, Argélia foi um exemplo que citamos dentro das aulas. Além disso, falamos também sobre as dificuldades da África falante de língua portuguesa conseguir sua independência frente ao desejo insaciável da ditadura salazarista em continuar colonizando África, mesmo com um órgão como a Organização das Nações Unidas (ONU) orientando a saída de Portugal de dentro do continente de maioria populacional negra (MELLO, 1974). Foram estes os pontos que pusemos em aula. Além disso, nomes de líderes importantes para algumas independências africanas, como Thomas Sankara, Amílcar Cabral e Agostinho Neto, foram abordados por nós.

CONCLUSÕES

Em virtude de nossa atuação no Residência Pedagógica ir até o mês de março de 2024 e, portanto, ainda não ter sido finalizada, não é possível termos uma conclusão fechada de nossa investigação. De todo modo, para fins momentâneos, afirmamos que atuações como a que a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) promove, por meio do PRP, são necessárias e importantes porque possibilitam o trabalho da disciplina de História por uma perspectiva diferente da dos livros didáticos que, salvo as exceções, continuam a trazer abordagens de matriz eurocêntrica. Até aqui, nossa atuação nos tem feito trilhar por um caminho que vai de encontro aos anseios de africanos, afro-brasileiros e indígenas, grupos historicamente marginalizados pelo Estado e pelo poder epistêmico.

E é deste modo, em consonância com nosso compromisso com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que vamos construindo nossas experiências no campo da docência, com certas, dificuldades, é óbvio, afinal, há muita diferença entre o que se aprende na universidade e o que se necessita na realidade escolar (PIMENTA e LIMA, 2012), mas seguimos firme em nossa caminhada e com um propósito de pensar em uma História que liberta sujeitos historicamente subalternizados. Desta forma, sentimos até aqui o que escreve (COSTA et al., 2012, p.15), ao afirmar que “o ‘tornar-se professor’ ou ‘professora’ [...] está atrelado ao [...] perceber-se [como] sujeito transformador do mundo”.

AGRADECIMENTOS

Aproveitamos este texto para expressar nossos mais sinceros agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, por idealizar e fomentar o Programa Residência



Pedagógica em nível nacional. Além disso, somos gratos a toda a EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale por ter nos recebido de braços abertos desde o início de nossa entrada na escola-campo e ter conosco trilhado esta jornada maravilhosa e desafiadora que é o tornar-se docente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Edital nº 06/2018 Programa de Residência Pedagógica. 2018. Disponível em: . Acesso em 01 out 2023.
- BRASIL. Lei 11.645/2008. Altera a Lei no 9.394/1996. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: . Acesso em: 01 out 2023.
- BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2012. Disponível em: . Acesso em: 30 set 2023.
- BRASIL. Programa de Residência Pedagógica. Capes/Ministério da Educação, 2023. Disponível em: Acesso em 01 out 2023.
- COSTA, Elisângela André da Silva; RABELO, Ana Paula; SILVA, Rosângela Ribeiro da; FRANCO, Roberto Kennedy Gomes (Org.) Programa Residência Pedagógica na Unilab: formação docente e trabalho educativo em tempos da Pandemia de Covid-19 [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.
- CHENNTOUF, T. África na década de conflitos mundiais: MAZRUI, Ali AlAmin; UNESCO. História geral da África VIII: África desde 1935. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2010.
- FRANCO, Roberto Kennedy Gomes et. al. Subprojeto História-CE. In Elisângela André da da Silva Costa (org). Caderno de Formação do Programa Residência Pedagógica - v. 2. Redenção: Unilab, 2022.
- Mariani, F., & Carvalho, A. de L. (2019). PESQUISA PARTICIPANTE: UM RECORTE TEÓRICO ACERCA DA ABORDAGEM DE PESQUISA E SUAS INFLUÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS. Revista Da Faculdade De Educação, 12(2), 169-181. Disponível em: . Acesso em 05 out 2023.
- MELLO, Arnon. (1974). Portugal e as colônias da Africa. Brasília: Senado Federal, 1974.
- PIMENTA Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio: diferentes concepções In: PIMENTA Selma Garrido; LIMA Maria Socorro Lucena Estágio e docência 7a ed. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 31-58.
- QUEIROZ et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, v.15, n.2, abr/jun, p. 276-83, 2007.